

17.setembro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Comoiprel–Cipri / Escola Profissional de Moura (EPM)**
Dra. Antónia Vilar Baião (Comoiprel-Cipri), Dra. Sandra Rodrigues (Presidente do Conselho de Direcção da EPM) e Dra. Teresa Santos (Diretora Técnico-Pedagógica da EPM)
- Recebido por:** Deputadas da Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC): Ana Sofia Bettencourt (PSD); Maria Conceição Pereira (PSD); Odete João (PS) e Rita Rato (PCP).

Deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP): Mónica Ferro (PSD); Paulo Pisco (PS) e João Ramos (PCP).

Assunto: Condições de admissão dos alunos dos PALOP na Escola Profissional de Moura.

Exposição: As representantes da Comoiprel – Cipri / Escola Profissional de Moura começaram por fazer uma breve apresentação da régie-cooperativa [Comoiprel–Cipri](#) e dos projetos que desenvolve, nos quais se inclui a Escola Profissional de Moura.

Expuseram, de seguida, alguns dos problemas com que se debate a EPM, que justificaram o pedido de audiência e que, em síntese, se apresentam:

- ✓ Abertura tardia do concurso para a elaboração dos Planos de Formação;
- ✓ Redução de financiamento, por parte do POPH, correspondendo a 5% por turma;
- ✓ Não aplicação do critério de igualdade de oportunidades, quanto à idade máxima de entrada de alunos no ensino profissional, que pode variar entre os 20 e os 25 anos;
- ✓ Dificuldades e atrasos recorrentes nos processos de emissão de vistos dos alunos oriundos dos PALOP, chegando alguns no final do 1.º período;
- ✓ Não elegibilidade dos alunos oriundos dos PALOP, no que diz respeito a apoio financeiro para alojamento, alimentação e material de estudo;
- ✓ Intenção de não contabilizar, para o volume de formação, os alunos oriundos dos PALOP (já matriculados para o 1.º ano letivo de 2013/2014), numa altura em que as turmas estão já constituídas e contrariando as orientações transmitidas à ANESPO.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que os cortes sucessivos registados em diversos programas de cooperação ameaçam o cumprimento de compromissos assinados em tratados internacionais e colocou, de seguida, algumas questões, designadamente sobre a percentagem de alunos que entram no ensino superior e eventuais dificuldades de acesso, sobre o valor da bolsa dos países de origem e ainda sobre a candidatura a outros cursos e seus resultados. Por último, disse registar com preocupação a arbitrariedade de critérios e a desigualdade de condições no acesso à ação social escolar.

A Sra. Deputada Odete João (PS) referiu-se às indefinições e aos atrasos registados no início do ano letivo, entendendo que são prejudiciais para o bom funcionamento das instituições. Considerou ainda fundamental que se encontrem mecanismos que permitam criar condições para que estes jovens continuem a fazer a sua formação em Portugal, com os devidos apoios sociais, que lhes permitam uma estadia condigna. Por último, disse ter tomado boa nota das questões expostas, pelo que o PS tomará as devidas diligências.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) colocou algumas questões, nomeadamente sobre a forma como se desenrola este processo, como é feita a seleção e com base em que critérios e ainda sobre o número de alunos oriundos dos PALOP.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) considerou que a relação de Portugal com os países da CPLP é estratégica, pelo que importa manter o relacionamento também ao nível da formação. Questionou sobre o número de alunos e respetivos países de origem, sobre os países em que se verificam mais dificuldades na obtenção dos vistos e perguntou se os protocolos são celebrados ao nível das escolas ou dos Estados.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) afirmou que a questão das dificuldades e dos atrasos na obtenção de vistos constitui, lamentavelmente, uma preocupação também noutras áreas. Perguntou ainda se conhecem a posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente à não contabilização dos alunos oriundos dos PALOP para o volume de formação.

A Sra. Deputada Mónica Ferro (PSD) afirmou ter registado as preocupações apresentadas e referiu que a CNECP tem-se dedicado, recorrentemente, à questão da dificuldade dos vistos e dos atrasos. Reiterou, por último, a pergunta já formulada, quanto à forma como se processa o relacionamento entre as escolas e os países de origem dos alunos.

As representantes da Comoiprel – Cipri / Escola Profissional de Moura agradeceram a concessão da audiência e fizeram uma breve resenha do percurso da EPM, que começou com 46 alunos, em 2000, contabilizando, em 2013, um total de 176 alunos. A Escola conta com 60 colaboradores, 30 dos quais docentes, sendo hoje reconhecida, quer pelas tutelas, quer pelas entidades financiadoras.

Referiram-se às recentes alterações do Quadro Comunitário de Apoio e aos seus impactos ao nível da redução dos alunos dos PALOP e fizeram ainda alusão às limitações impostas pelo POPH que, segundo lhes foi informado, passou a reconhecer apenas os alunos vindos ao abrigo de protocolos bilaterais, sendo Moçambique o único país nestas condições.

Esclareceram que 85% dos alunos seguem o ensino superior, por via direta ou através dos cursos de especialização tecnológica. Referiram ainda desconhecer o valor das bolsas do país de origem, sendo que o apoio do POPH ronda os 200€ por aluno.

Por último, esclareceram que estudam na EPM 17 alunos dos PALOP, sendo que os alunos de S. Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau vêm através de processos de geminação de municípios, numa lógica de reciprocidade. A partir deste ano letivo, e através da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Moura e a Associação Industrial Angolana, a EPM recebe alunos angolanos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2013

A assessora da Comissão
Cristina Tavares